



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

10/12/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	2 - 3
1.3. COMARCAS.....	4
1.4. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	5
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	6 - 7
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. JUÍZES.....	8
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. JUÍZES.....	9 - 10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	11
5.2. COMARCAS.....	12 - 13
5.3. JUÍZES.....	14 - 15
5.4. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	16 - 17
6. O GLOBO	
6.1. JUÍZES.....	18

TJMA aponta avanços nas comemorações do Dia da Justiça



A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, fez investimentos na Justiça Estadual

Nas comemorações do Dia da Justiça nesta segunda-feira (8) o Tribunal de Justiça do Maranhão aponta avanços no campo institucional com a implementação de um consistente projeto que vem garantindo a efetividade da prestação jurisdicional com a aceleração no julgamento dos processos que chegam a Corte.

Na gestão da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, a produtividade dos desembargadores ficou acima da média nacional definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que sejam julgados no mínimo 90% da quantidade de processos distribuídos.

Contribuíram para

esse crescimento, o investimento em modernização, aperfeiçoamento de servidores e a padronização de rotinas de administrativas nos setores envolvidos, além da adoção de medidas de melhoria e aprimoramento da atividade jurisdicional definidas na atual gestão.

PRODUTIVIDADE

- A quantidade de processos julgados pelos desembargadores teve um crescimento de 11% nos dez primeiros meses de 2014, em relação ao mesmo período em 2013.

A produtividade passou de 36,98%, em 2013, para 96,58% no mesmo período em 2014. As estatísticas indicam que os processos distribuídos tiveram redução de 1%, o

que foi acompanhado do aumento no ritmo de julgamento pelos desembargadores.

O crescimento de julgados acima de 10% manteve a produtividade próxima a 100% no período. De janeiro a outubro de 2013 foram distribuídos 20.984 processos e julgados 18.251. Em 2014, o número de distribuídos foi de 20.730 processos e o de julgados 20.021.

IMPROBIDADE - O TJMA se destacou no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas à Administração Pública, devendo ultrapassar - em segundo grau - a meta estabelecida, avançando para o julgamento dos demais proces-

sos, distribuídos em 2013 e 2014.

Até o mês de setembro deste ano, 12 prefeitos e ex-prefeitos foram condenados pelo Tribunal por algum tipo de crime ou improbidade administrativa no exercício do cargo.

MODERNIZAÇÃO

O TJMA vem investindo também na modernização da Justiça e já concluiu a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 22 juizados cíveis e turmas recursais da capital e do interior. Nos últimos dois meses foi possível atingir 61% da meta de implantação e 89% de treinamento, restando apenas 14 das 36 unidades previstas para serem atendidas até este ano.

O total atingido superou a meta de implantação do PJe definida pelo Conselho Nacional de Justiça para os tribunais estaduais, que é de 10% das unidades judiciais de primeiro e segundo grau, ainda este ano. No caso do TJMA, seriam apenas 26 unidades em 2014, mas o Tribunal foi além do previsto.

Em dois meses de trabalho, a movimentação do sistema mobilizou mais de 500 servidores e magistrados, treinados sobre a aplicabilidade e funcionamento da plataforma eletrônica.

Pág. 5

Centro de Conciliação do Fórum realiza acordo de dissolução de união homoafetiva

○ Centro de Conciliação de Conflitos do Fórum de São Luís (Cahau) realizou nesta sexta-feira (05) a primeira audiência de dissolução de união estável homoafetiva. Os dois médicos viveram um relacionamento de oito anos e, quando decidiram se separar de forma consensual, procuraram o Centro para formalizar o acordo sem que fosse necessário ingressar com um processo judicial.

Centro de Conciliação do Fórum realiza acordo de dissolução de união homoafetiva

O Centro de Conciliação de Conflitos do Fórum de São Luís (Calhau) realizou nesta sexta-feira (05) a primeira audiência de dissolução de união estável homoafetiva. Os dois médicos viveram um relacionamento de oito anos e, quando decidiram se separar de forma consensual, procuraram o Centro para formalizar o acordo sem que fosse necessário ingressar com um processo judicial.

“Todo o procedimento foi muito rápido. Entre a decisão deles pela separação e a formalização do acordo foram apenas cinco dias”, disse o advogado Bruno Alberto Guimarães. Segundo o advogado, os dois clientes o procuraram para fazer a partilha de bens adquiridos durante a constância do relacionamento. “Orientei que procurassem o Centro de Conciliação

(Cejusc), onde foram realizados na mesma audiência o reconhecimento e a dissolução da união estável e também a partilha. Isso mostra a agilidade do centro”, afirmou.

Advogado de Direito de Família, Bruno Guimarães informou que é a primeira vez que atua em processo ou caso pré-processual que envolve união de pessoas do mesmo sexo. “Recomendo que as pessoas busquem o Centro de Conciliação porque, além da agilidade, não há custos para as partes”, acrescentou.

A secretária do Cejusc, Wellen Coqueiro, explicou que a conciliação realizada nesta sexta-feira (05) foi a primeira que ocorreu naquela unidade, envolvendo reconhecimento ou dissolução de união homoafetiva. “Eles já buscaram o centro apenas para homologar o acordo”,

esclareceu.

Família - além de situações envolvendo união homoafetiva, a mediação de conflitos familiares, que antes era feita somente nas Varas da Família, pode ser realizada também no Centro de Conciliação. No local são resolvidos casos pré-processuais e processos já em andamento, que tratam de divórcio, reconhecimento voluntário de paternidade, solicitação de exame de DNA para confirmação da paternidade, pedido ou exoneração de pensão alimentícia, dentre outros.

Segundo Wellen Coqueiro, há acordo em 90% das audiências envolvendo questões de família, realizadas no Centro de Conciliação. Para a próxima semana, de 9 a 11 de dezembro, estão agendadas 36 audiências de conciliação de processos que tramitam na

3ª, 4ª e 5ª varas da Família da capital.

No Cejusc a conciliação de conflitos familiares é mediada por conciliadores do próprio centro ou por voluntários. O serviço funciona apenas na unidade do Fórum de São Luís. O pedido de audiência é feito pelas partes por meio de formulário próprio disponível no site do Tribunal de Justiça, no link “conciliação”, ou pelo Telejudiciário, que atende pelo número 0800-707-1581.

Se preferir, o interessado pode se dirigir ao centro (Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau) e, além de agendar a audiência já deixa marcada, quando for o caso, a data de realização do exame de DNA, no Laboratório Forense de Biologia Molecular.

Mais informações pelo telefone (98) 3194-5676.

Pretendentes à adoção participam de curso em Chapadinho

Inscrições podem ser feitas no fórum da cidade

Com a finalidade de realizar esclarecimentos sobre o processo de adoção, a 2ª Vara da Comarca de Chapadinho promove o curso para pretendentes a adoção. O preparatório acontece nesta quarta e quinta-feira (10 e 11) e será voltado para as famílias pretendentes à adoção em prioridade, funcionários da rede sócio-assistencial de atendimento, funcionários da rede de saúde municipal, estudantes do curso de Serviço Social, Pedagogia, ou áreas afins.

Segundo informações da unidade judicial, a iniciativa pretende trazer informações atualizadas para melhor compreensão do processo de adoção diante das perspectivas jurídica, social, psicológica e da família. A proposta parte do desejo de promover na sociedade, em especial, nos grupos mais próximos a causa a consciência para de todos os fatores que envolvem a adoção.

Além de promover o debate sobre a matéria, o curso busca cumprir as determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto à necessidade de capacitação dos pretendentes a adoção, em especial, problematizando questões como perfil das crianças, implicações legais da adoção, perfil psicológico do adotante, como acolher uma criança/adolescente fragilizado, dentre outras.

Os interessados em participar devem realizar suas inscrições na recepção do Fórum da Comarca de Chapadinho. O curso contará com declaração de participação, que exigirá frequência mínima de 75% da carga horária.

A inscrição de postulantes à adoção na Comarca de Chapadinho será precedida da participação e aprovação no curso de pretendentes a adoção, mediante parecer social favorável e sentença a família estará pronta para ingressar no Cadastro Nacional de Adoção.

O que quer dizer adotado?
perguntou uma
criança a outra.



Quer dizer que
Você
Cresceu no coração
da sua mãe em vez de
de crescer na Barriga!

Sessão itinerante do TJMA será realizada na UFMA

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sediará, no dia 16 de dezembro (terça-feira), às 9 horas, a primeira sessão itinerante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no Centro Pedagógico Paulo Freire, Campus do Bacanga, Mini-Auditório (209 e 210). Aberta ao público, a iniciativa tem como objetivo aproximar a Justiça de 2º grau da população e comunidade acadêmica, além de descentralizar os julgamentos da segunda instância.

“Pela primeira vez uma câmara do Tribunal de Justiça, composta por três desembargadores e um procurador de Justiça, sairá do Tribunal para trabalhar dentro da comunidade”, afirma o desembargador Marcelo Carvalho Silva, idealizador do projeto, que deverá alcançar outras universidades do Estado. A área do Itaqui-Bacanga abrange uma população de cerca de 300

mil habitantes e mais de 14 mil alunos e funcionários fazem parte da comunidade acadêmica da UFMA.

Durante a sessão, serão julgados 61 processos envolvendo habeas corpus, embargos de declaração e agravos de instrumento (extrapauta), as ações estão organizadas em blocos e referem-se a revisão contratual, busca e apreensão, nulidade ou inexistência contratual, obrigação de fazer, seguro DPVAT, danos morais e outros temas.

A pauta está disponível no portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), no sistema Jurisconsult. Serão oficiados o Ministério Público e a Defensoria com a informação do novo local.

Participarão da sessão itinerante, os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior (presidente da sessão), José de Ribamar Castro (docente da UFMA), representante do MP e servidores do Judiciário.



Acadêmicos de Direito assistem julgamento em sessão realizada no TJMA

UFMA sediará a 1ª sessão itinerante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça

Evento será realizado no dia 16 no Centro Pedagógico Paulo Freire, no campus do Bacanga, com o objetivo de aproximar a Justiça de 2º grau dos acadêmicos

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sediará, no dia 16 deste mês, às 9h, a primeira sessão itinerante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no Centro Pedagógico Paulo Freire, campus do Bacanga, Miniauditório (209 e 210). Aberta ao público, a iniciativa tem como objetivo aproximar a Justiça de 2º grau da população e comunidade acadêmica, além de descentralizar os julgamentos da segunda instância.

“Pela primeira vez uma câmara do Tribunal de Justiça, composta por três desembargadores e um procurador de Justiça, sairá do Tribunal para trabalhar dentro da comunidade”, afirma o desembargador Marcelo Carvalho Silva, idealizador do projeto, que deverá alcançar outras universidades do Estado. A área do Itaqui-Bacanga abrange uma população de cerca de 300 mil habitantes e mais de 14 mil alunos e funcionários fazem parte da comunidade acadêmica da UFMA.

Durante a sessão, serão julgados 61 processos envolvendo habeas corpus, embargos de



Divulgação

Acadêmicos do curso de Direito assistem a julgamento em sessão realizada pelo Tribunal de Justiça

declaração e agravos de instrumento (extrapauta), as ações estão organizadas em blocos e referem-se a revisão contratual, busca e apreensão, nulidade ou inexistência contratual, obrigação de fazer, seguro DPVAT, da-

nos morais e outros temas.

A pauta está disponível no portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), no sistema Jurisconsult. Serão oficiados o Ministério Público e a Defensoria com a informação do novo local.

Participarão da sessão itinerante os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior (presidente da sessão), José de Ribamar Castro (docente da UFMA), representante do MP e servidores do Judiciário.

Itinerante

Com o objetivo de aproximar a Justiça de 2º grau da população e comunidade acadêmica, além de descentralizar os julgamentos da segunda instância; a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), vai se instalar no próximo dia 16, no Campus do Bacanga.

Aberta ao público

Será a primeira sessão itinerante do TJMA na Universidade Federal do Maranhão, aberta ao público; e vai acontecer a partir das 9h, no Centro Pedagógico Paulo Freire, mini-auditório, salas 209 e 210.

CORREGEDORIA

Justiça instaura sindicância para apurar conduta de juiz

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de novembro de 2014, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão - responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau - o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há "fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão

ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91)".

Bayma Araújo - que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana - informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã desta terça-feira (09) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, mi-

nistra Nancy Andrighi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juizes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, po-

dendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

ENTENDA O CASO - Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas.

A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades.

Corregedoria instaura sindicância para apurar conduta de juiz

Ribamar Pinheiro



Arquivo



Desembargador Bayma Araújo informou a corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrichi, sobre as providências adotadas contra o juiz Marcelo Testa Baldochi P2c1

Corregedoria da Justiça instaura sindicância para apurar conduta de juiz

Ribamar Pinheiro

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de dezembro de 2014, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão – responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau – o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há “fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão

(Lc 14/91”, diz o texto do documento.

Bayma Araújo – que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana – informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã dessa terça-feira (09) em decorrência de o fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrighi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

A comissão deverá desembarcar na cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º,

incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

Entenda o caso – Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas.

A companhia aérea se mani-



Corregedor em exercício, Bayma Araújo, informou a corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrighi, sobre as providências adotadas

festou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades. (*Assessoria de Comunicação / Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão*)

Centro de Conciliação do Fórum realiza acordo de dissolução de união homoafetiva

O Centro de Conciliação de Conflitos do Fórum de São Luís (Calhau) realizou na última sexta-feira (05) a primeira audiência de dissolução de união estável homoafetiva. Os dois médicos viveram um relacionamento de oito anos e, quando decidiram se separar de forma consensual, procuraram o Centro para formalizar o acordo sem que fosse necessário ingressar com um processo judicial.

“Todo o procedimento foi muito rápido. Entre a decisão deles pela separação e a formalização do acordo foram apenas cinco dias”, disse o advogado Bruno Alberto Guimarães. Segundo o advogado, os dois clientes o procuraram para fazer a partilha de bens adquiridos durante a constância do relacionamento. “Orientei que procurassem o Centro de Conciliação (Cejusc), onde foram

realizados na mesma audiência o reconhecimento e a dissolução da união estável e também a partilha. Isso mostra a agilidade do centro”, afirmou.

Advogado de Direito de Família, Bruno Guimarães informou que é a primeira vez que atua em processo ou caso pré-processual que envolve união de pessoas do mesmo sexo. “Recomendo que as pessoas busquem o Centro de Conciliação porque, além da agilidade, não há custas para as partes”, acrescentou.

A secretária do Cejusc, Welten Coqueiro, explicou que a conciliação realizada na última sexta-feira (05) foi a primeira que ocorreu naquela unidade, envolvendo reconhecimento ou dissolução de união homoafetiva. “Eles já buscaram o centro apenas para homologar o acordo”, esclareceu.

*Estado terá de
pagar internação
de paciente em
Teresina, decide juiz*

PÁGINA 6 [C1]

PEDREIRAS

Estado terá de pagar internação de paciente em Teresina, decide juiz

Em decisão datada da última sexta-feira (05), o titular da 1ª Vara da Comarca de Pedreiras, Marco Adriano Ramos Fônsêca, determina ao Estado do Maranhão o custeio da internação, tratamento e intervenções cirúrgicas que se fizerem necessárias, de paciente com problemas cardíacos, em hospital da cidade de Teresina (PI). Cabe ainda ao Estado "providenciar o respectivo traslado da paciente para outro estabelecimento hospitalar, público ou privado, inclusive mediante a disponibilização de UTI aérea, sob pena do bloqueio dos valores necessários para o tratamento", consta da decisão. A multa diária para o atraso ou descumprimento injustificado da determinação é de R\$ 10 mil.

O diretor da Central Estadual de Regulação de Leitos e o diretor do Hospital de Terapia Intensiva em Teresina, "para onde a paciente será

efetivamente transferida, devem ser notificados para tomarem ciência da decisão e viabilizarem o recebimento e internação da paciente, independente de cheque-caução ou prévio pagamento, já que as despesas serão arcadas pelo SUS", ressalta o magistrado na decisão.

Fonseca determina ainda a notificação da Secretaria de Saúde de Pedreiras para disponibilizar equipe multidisciplinar e ambulância para viabilizar o recambio da paciente até o hospital mencionado, bem como da Secretaria de Saúde do Maranhão para providenciar a aeronave com UTI (avião ou helicóptero), caso seja necessário.

A decisão judicial atende à Ação de Obrigação de Fazer c/c Liminar interposta pela paciente M.C.L.S., por meio do Ministério Público Estadual, contra o Estado do Maranhão. Na ação, o MPE

alega que "a paciente se encontra internada na emergência do Hospital Geral Municipal de Pedreiras, em estado grave, há mais de 24 horas, necessitando com urgência de internação em UTI com atendimento cardiológico".

A ação cita ainda relatório médico que informa que a paciente vem realizando acompanhamento cardiológico no Hospital de Terapia Intensiva de Teresina, onde foi diagnosticada a necessidade urgente de cirurgia para colocação de prótese cardíaca, cujas despesas totais, af incluindo depósito inicial, honorários médicos e material totalizam R\$ 54.700,00, valor com o qual a paciente não tem condições de arcar. De acordo com o MPE, o atendimento deve ser garantido pelo SUS, por meio do Estado do Maranhão.

OMISSÕES – Em suas considerações, Marco Adriano Fonse-

ca destaca ser a saúde direito de todos e dever do Estado assegurado a todos pelos artigos 5º, 6º, 196 e seguintes da Constituição Federal. O Estado "não pode se recusar a fornecer, ou fornecer de forma inadequada os serviços e tratamento de que necessita o requerido com todos os seus desdobramentos, tais como internação, medicamentos, acompanhamento psiquiátrico e outros que se fizerem necessários.

Nas palavras do juiz, frente às omissões estatais, cabe ao Poder Judiciário dar efetividade ao disposto no art. 5º da Constituição, que "prevê a aplicabilidade imediata das normas concernentes a essa categoria de direitos, sem que haja qualquer ingerência na atividade governamental ou vilipêndio ao princípio da separação de poderes".

(Ascom TJMA)

PRISÃO DE FUNCIONÁRIOS DA TAM

Comissão do TJ chega a Imperatriz para investigar conduta do juiz

Uma comissão da Corregedoria Geral de Justiça (TJMA) deve desembarcar, amanhã, na Cidade de Imperatriz, para iniciar as investigações sobre a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, no dia 6 de dezembro de 2014, no aeroporto da cidade. O magistrado deu voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

PÁGINA 4 (C1)



MARCELO BALDOCHI chegou atrasado para voo e mandou prender funcionários

PRISÃO DE FUNCIONÁRIOS DA TAM

Comissão do TJ chega a Imperatriz para investigar conduta do juiz

Uma comissão da Corregedoria Geral de Justiça (TJMA) deve desembarcar amanhã (quinta, 11), na Cidade de Imperatriz, para iniciar as investigações sobre a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, no dia 6 de dezembro de 2014, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão – responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau – o magistrado deu voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há “fortes indícios de

conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91”, diz o texto do documento.

Bayma Araújo – que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana – informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã desta terça-feira (09) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

ra o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrighi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao fi-

nal, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

Entenda o caso – Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas.

A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sediará, no dia 16 de dezembro (terça-feira), às 9 horas, a primeira sessão itinerante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no Centro Pedagógico Paulo Freire, Campus do Bacanga, Mini-Auditório (209 e 210). Aberta ao público, a iniciativa tem como objetivo aproximar a Justiça de 2º grau da população e comunidade acadêmica, além de descentralizar os julgamentos da segunda instância.

Com o objetivo de disseminar informações sobre ouvidorias federais, bem como servir de canal integrado de entrada de demandas de ouvidoria, a Controladoria-Geral da União (CGU) lançou, nessa segunda-feira (8), o Portal Ouvidorias. Gov. O espaço reúne uma série de conteúdos de interesse para as ouvidorias: notícias, orientações, lista de ouvidorias, informações estatísticas, indicadores, relatórios, calendário de eventos, legislação e interface para entrada de manifestações.

Sessão itinerante do TJMA será realizada na Ufma

A Universidade Federal do Maranhão (Ufma) sediará, no dia 16 de dezembro (terça-feira), às 9 horas, a primeira sessão itinerante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no Centro Pedagógico Paulo Freire, Campus do Bacanga, Mini-Auditério (209 e 210). Aberta ao público, a iniciativa tem como objetivo aproximar a Justiça de 2º grau da população e comunidade acadêmica, além de descentralizar os julgamentos da segunda instância.

“Pela primeira vez uma câmara do Tribunal de Justiça, composta por três desembargadores e um procurador de Justiça, sairá do Tribunal para trabalhar dentro da comunidade”, afirma o desembargador Marcelo Carvalho Silva, idealizador do projeto, que deverá alcançar outras universidades do Estado. A área do Itaqui-Bacanga abrange uma população de cerca de 300 mil habitantes e mais de 14

mil alunos e funcionários fazem parte da comunidade acadêmica da UFMA.

Durante a sessão, serão julgados 61 processos envolvendo habeas corpus, embargos de declaração e agravos de instrumento (extrapauta), as ações estão organizadas em blocos e referem-se a revisão contratual, busca e apreensão, nulidade ou inexistência contratual, obrigação de fazer, seguro DPVAT, danos morais e outros temas.

A pauta está disponível no portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), no sistema Jurisconsult. Serão oficiados o Ministério Público e a Defensoria com a informação do novo local.

Participarão da sessão itinerante, os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior (presidente da sessão), José de Ribamar Castro (docente da UFMA), representante do MP e servidores do Judiciário.

Juiz que deu voz de prisão em aeroporto diz que cumpriu a lei

Marcelo Baldochi afirmou em carta que seguiu normas da aviação civil

OSWALDO VIVIANI*

opais@oglobo.com.br

-SÃO LUÍS- Em carta pública divulgada na internet anteontem, o juiz Marcelo Testa Baldochi falou pela primeira vez sobre o momento em que deu voz de prisão a funcionários da TAM, quando tentava embarcar num voo que, no sábado, ia de Imperatriz (MA) para Ribeirão Preto (SP). O magistrado, da comarca de Senador La Rocque (MA), negou ter se atrasado e destacou que cumpriu normas da aviação civil.

“Muitos se contentam com as aparências, permitindo que a fantasmagoria prevaleça sobre a razão. Mas a razão não admite equívocos! O voo marcado para as 21h02 admitia o embarque, segundo as normas de aviação civil e do que consta do próprio bilhete, 15 minutos antes da partida”, escreveu.

“Todavia, mesmo com o check-in em mãos, às 20h32, os passageiros Marcelo Baldochi e Camila Costa foram impedidos de embarcar sob a alegação de que deveriam estar no local às 20h”, diz o juiz.

O magistrado afirmou ainda que o agente da TAM não lhe prestou qualquer informação e lhe disse que “não era problema dele” (o não embarque), isolando-se numa sala da companhia. Baldochi relatou que às 20h42m de sábado registrou uma ocorrência na Infraero/Anac, contra a companhia e seu agente. Por fim, afirmou que “o agente incorreu em ilícito civil e criminal” e destacou que “toda e qualquer pessoa pode dar voz de

prisão e chamar a polícia”.

“Está na lei e ali se fazia presente um consumidor que exigia seus direitos”, completou.

CORREGEDORIA ABRE SINDICÂNCIA

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar, em sindicância, a conduta de Baldochi. Na portaria 4.824/2014, que instaura o procedimento, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, frisa que há “fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura”.

A comissão deverá desembarcar em Imperatriz amanhã, quando os trabalhos de apuração deverão ser iniciados. O prazo regular para a realização da sindicância é de 30 dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo sobre o caso.

Ontem, três entidades da magistratura — a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Maranhão — condenaram a atitude do juiz.

O episódio envolvendo Baldochi e três funcionários da TAM foi gravado por uma das pessoas que estavam no guichê do aeroporto Prefeito Renato Moreira. O vídeo foi feito com um celular e causou repercussão em todo o país nos últimos dias.

No Rio, o juiz João Carlos de Souza Corrêa também está envolvido num caso de suposto abuso de autoridade. Ele deu voz de prisão a uma agente do Detran ao ser flagrado sem carteira durante uma blitz da Lei Seca. (**Especial para O GLOBO*) ●



O juiz. Marcelo Testa Baldochi